

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.450 - DF (2019/0046530-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : **UARNOLDS ALBERTS DE CASTRO OLIVEIRA (PRESO)**
ADVOGADOS : **VICTOR HUGO CABALLERO BRUGGER FREITAS -**
DF059497
IGOR RAMALHO DE ARAUJO LEMOS VIEIRA -
DF058204
LUCAS DO SACRAMENTO SOUZA MELO - DF057857
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E**
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de recurso interposto por **Uarnolds Alberts de Castro Oliveira**, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios no HC n. 0722685-61.2018.8.07.0000, que afastou a alegação de excesso de prazo e manteve a prisão preventiva do recorrente.

Alega-se, em síntese, que o encarceramento cautelar do recorrente deve ser relativizado, uma vez que data de 19/6/2018 e não há previsão de data para a sessão plenária.

Destaca-se que o recorrente *possui residência fixa, trabalho lícito, jamais teve qualquer passagem pela polícia e em razão disso, poderá receber as intimações em seu domicílio e, conseqüentemente, comparecer em juízo quando for solicitado sem causar nenhum impasse à atuação da Justiça, colocando a disposição de comparecer em juízo a todos os atos processuais a serem realizados* (fl. 77).

Requer-se a imediata expedição de alvará de soltura em nome do recorrente, mediante a imposição de medidas cautelares alternativas.

Ao final, busca-se a confirmação dessa decisão.

Não há contrarrazões.

É o relatório.

Neste juízo de cognição preliminar, sem uma análise mais aprofundada dos autos e das informações, não há como afastar a conclusão do acórdão, explicitada nesta ementa (fl. 56):

PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. *HABEAS CORPUS*. REQUISITOS DEMONSTRADOS. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

1. Nos termos do Enunciado de Súmula n. 21 do STJ, “pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo da instrução”. Encontrando-se o feito recentemente desmembrado e aguardando a designação de data de julgamento no Plenário do Tribunal do Júri, não há que se falar em excesso de prazo.

2. Remanescendo os requisitos autorizadores da prisão preventiva decretada contra o paciente, como garantia da ordem pública e da conveniência da instrução criminal, dada a periculosidade do agente e a gravidade do delito que lhe é imputado (homicídio qualificado), não há falar em ilegalidade ou abuso de poder a dar supedâneo à concessão do *writ*.

3. Ordem denegada.

Indefiro o pedido liminar.

Solicite-se ao Juízo da Vara Criminal e Tribunal do Júri de Brazlândia/DF que diga a situação do Processo n. 2019.02.1.000100-8 e, detalhadamente, a do ora recorrente. Deve a autoridade esclarecer, inclusive, desde quando o recorrente está preso preventivamente e se há data designada para o Júri.

Depois de prestadas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator